



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade  
Administração e Gestão Políticas Públicas

MATHEUS RODRIGUES CAVALCANTE

**EFETIVIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA  
EDUCACIONAL NAS REDES FEDERAIS DE ENSINO  
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA**

Brasília – DF  
2018

MATHEUS RODRIGUES CAVALCANTE

**EFETIVIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA  
EDUCACIONAL NAS REDES FEDERAIS DE ENSINO  
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA**

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas. Professor Orientador: Msc. Maria Eugênia Cireno.

Brasília – DF  
2018

Cavalcante, Matheus Rodrigues.  
EFETIVIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NAS REDES DE  
ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E  
TECNOLOGICA. – Brasília, 2018. 61 f.: il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento  
de Gestão de Políticas Públicas, 2018.  
Orientador: Msc, Maria Eugenia Cireno.

1. *Institutos Federais. Efetividade. Educação. Políticas Públicas.*

# **EFETIVIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NAS REDES FEDERAIS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília

**Matheus Rodrigues Cavalcante**

Msc, Maria Eugênia D. F. Cireno,  
Professor-Orientador

---

**Dr. Franco, de Matos**  
Professor colaborador do Depto de Gestão de  
Políticas Públicas

---

**Msc. Wanderson Maia Nascimento**  
Professor convidado do Depto. de Gestão de  
Políticas Públicas

Brasília, 28 de junho de 2018

Dedico este trabalho a minha mãe, que Deus a tenha.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos que batalharam comigo desde o início da minha graduação.

*“Não espere por uma crise para descobrir o que é importante em sua vida”.*

(Platão)

## RESUMO

Este estudo apresenta a importância das pesquisas da situação profissional e socioeconômica de egressos das escolas técnicas, hoje intituladas, Institutos Federais (IFs). A efetividade das políticas públicas relacionadas a esses institutos deve ser verificada por meio de pesquisas qualitativas e quantitativas realizadas com egressos para poder se acompanhar, monitorar e produzir adequações, tanto na estrutura, como no funcionamento dos citados institutos. Deve-se buscar a relação entre cursos e empregabilidade, entre cursos e relação com o trabalho conseguido, entre cursos e os níveis hierárquicos preenchidos, entre cursos e a condição socioeconômica, entre outras análises, que podem ser feitas. A educação talvez seja a principal medida de melhoria da situação socioeconômica que o Brasil enfrenta, e na área de capacitação profissional, com os cursos tecnológicos, mais urgente se faz a implantação, manutenção e melhoria contínua, que devem ser acompanhadas e monitoradas por sistemáticas pesquisa padronizadas e instantâneas, em todos os referido institutos no país. Para a elaboração deste trabalho, foi feita uma pesquisa científica de natureza básica, descritiva, com abordagem qualitativa, na qual se utilizou os métodos dedutivo e hipotético e que visou obter resultados por meio de uma revisão bibliográfica de literatura relacionada ao assunto, na busca de dados e informações em sítios eletrônicos governamentais, não-governamentais e de artigos científicos, além de livros e revistas. Percebeu-se que já foram realizadas algumas pesquisas com egressos de escolas tecnológicas, em alguns estados brasileiros há alguns anos atrás, mas nunca de forma nacional, padronizada e instantânea, como é feito o ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio. Concluiu-se que inexistente uma pesquisa padronizada, instantânea e nacional para se analisar a efetividade dos referidos institutos federais, e, que, sem ela, os citados institutos não podem conhecer os seus resultados, de acordo com as suas missões institucionais, e, também não podem, de maneira mais eficiente, ter a melhoria contínua em seus processos educacionais.

**Palavras-chave:** Institutos Federais, Efetividade, Educação, Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This study studied the importance of the researches of the professional and socioeconomic situation of graduates of the technical schools, today called Federal Institutes (IFs). The effectiveness of the public policies related to these institutes must be verified by means of qualitative and quantitative researches carried out with graduates in order to be able to follow up, monitor and produce adjustments, both in the structure and in the functioning of the aforementioned institutes. It is necessary to search the relationship between courses and employability, between courses and relation with the work achieved, between courses and the hierarchical levels filled, between courses and the socioeconomic condition, among other analyzes, that can be done. Education may be the main measure to improve the socioeconomic situation facing Brazil, and in the area of professional training, with technological courses, it is more urgent to implement, maintain and improve continuously, which must be monitored and monitored by systematic research standardized and instantaneous, in all said institutes in the country. For the elaboration of this work, a basic, descriptive scientific research was carried out with a qualitative approach, in which the deductive and hypothetical methods were used, aiming to obtain results through a bibliographical review of literature related to the subject, in search of data and information on government, nongovernmental and scientific articles, as well as books and magazines. It was noticed that some researches were already carried out with graduates of technological schools, in some Brazilian states a few years ago, but never in a national standardized and instantaneous way, like the ENEM - National High School Exam. It was concluded that there is no standardized, instantaneous and national research to analyze the effectiveness of these federal institutes, and that, without it, these institutes can not know their results, according to their institutional missions, and also can not, more efficiently, have continuous improvement in their educational processes.

**Keywords:** Federal Institutes, Effectiveness, Education,. Public policy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Ciclo de políticas públicas. ....	<b>13</b>
<b>Figura 2</b> - Fluxograma da avaliação. ....	<b>19</b>
<b>Quadro 1</b> - Reformas administrativas CF/88 .....	<b>16</b>
<b>Quadro 2</b> - Eficiência, Eficácia Efetividade. ....	<b>18</b>
<b>Gráfico 1</b> - Taxa de Efetividade Acadêmica IFB. ....	<b>36</b>
<b>Gráfico 2</b> - Taxa de Reprovação IFB. ....	<b>36</b>
<b>Gráfico 3</b> - Taxa de Saída com êxito IFB.....	<b>37</b>
<b>Gráfico 4</b> - Taxa de Evasão IFB. ....	<b>38</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>Capítulo 1</b> .....	13
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	13
<b>1.1 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	13
<b>1.2 CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DE EFETIVIDADE</b> .....	15
<b>1.3 BREVE HISTÓRICO DAS ESCOLAS TÉCNICAS NO BRASIL</b> .....	19
<b>1.4 PESQUISAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO</b> .....	21
<b>1.5 EMPREGABILIDADE NO PAÍS</b> .....	26
<b>Capítulo 2</b> .....	27
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	27
<b>Capítulo 3</b> .....	29
<b>RESULTADOS</b> .....	29
<b>3.1 PRINCIPAIS DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS DA SITUAÇÃO DE EGRESSOS DOS IFS NO BRASIL</b> .....	29
<b>3.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DE PESQUISAS COM EGRESSOS DE ESCOLAS TÉCNICAS NO DF</b> .....	34
<b>3.3 COMPREENSÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS IFS</b> .....	39
<b>Capítulo 4</b> .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	42
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	44

## INTRODUÇÃO

A análise de políticas públicas de cunho social (educação, saúde, habitação etc.) utiliza elementos altamente complexos e de diferentes naturezas que causam dificuldade em avaliá-los. A aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” exige relevante esforço de análise. (HOFLING, 2001). O estudo de avaliação de políticas públicas em educação técnica contribui para o entendimento de como o “Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado” (LENHARDT; OFFE, 1990, p. 15).

As políticas públicas educacionais são ações que atuam de forma a determinar um padrão de proteção social implementado pelo Estado em vias de auxiliar na redistribuição dos benefícios sociais, diminuindo as desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (PINHEIRO, 1995). A política educacional é consequência do viés que se dá às políticas públicas. Pela ação do Estado, pode-se identificar o grau de importância das diversas áreas e setores. Assim, a política surge por uma questão que se torna socialmente problematizada e os grupos sociais lutam para que suas demandas sejam atendidas pelos governos (AZEVEDO, 2004).

A qualificação profissional surge em um contexto de dificuldade na empregabilidade dos trabalhadores. Assim sendo, ela se torna um item de relevância essencial para o desenvolvimento social e econômico do país. De acordo com MINARELLI (1995), para ter empregabilidade é preciso estar pronto e apto para as exigências das organizações. O citado autor complementa que, para se obter sucesso hoje, são necessárias pessoas com qualificação.

A dinâmica do mercado traz consigo a empregabilidade como um novo conceito para o perfil do trabalhador, que deve possuir habilidades, conhecimentos e capacidades que vão muito além do necessário em sua área profissional, devendo ser um indivíduo multifacetado (MAGALHÃES, 1997). Acredita-se que uma força de trabalho melhor formada pode aumentar a competitividade e melhorar as perspectivas de emprego para o trabalhador. Com o início dos programas de formação profissional, surge a necessidade de avaliar seus resultados (LAUREANO, 2001).

Ao se revisar a literatura, encontra-se o estudo de FERES e PATRÃO (2009): Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007), que teve como objetivo potencializar a contribuição das escolas técnicas ao desenvolvimento local e regional. O período deste trabalho inicial carece de atualização, onde no momento da pesquisa, a amostra representa a totalidade de escolas funcionando no Brasil, em um total de 153, algo em torno de 25% do total de escolas técnicas existentes no país hoje. Ainda há pouca publicação sobre o tema no país. As contribuições recentes que auxiliaram a condução desta pesquisa foram: CRUZ, et al., (2013), DE ALKMIM et al, (2016), DIAS (2016), OLIVEIRA (2016). Todos tratam sobre pesquisa de egressos.

O processo de elaboração de políticas públicas apresenta diversas etapas. Não há consenso quanto ao número de fases ou ciclos. Autores como Viana (1996), Dias e Matos (2012) divergem quanto a quantidade de fases. Para Viana (1996), o processo de elaboração envolve a construção da agenda; formulação de políticas; implementação de políticas; e avaliação de políticas. As fases mais abordadas de acordo com Dias e Matos (2012) são: identificação de um problema; formulação de soluções; tomada de decisões; implementação e avaliação. Pode-se observar que a avaliação constitui uma das fases (etapas) das políticas públicas (VIANA, 1996; MATOS; DIAS, 2012; SECCHI, 2013), e a análise de política pública, proporciona a possibilidade de agrupar elementos para criar um olhar explicativo-normativo sobre o processo de elaboração de políticas públicas.

Após a publicação da pesquisa realizada por FERES e PATRÃO (2009), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica viveu um acentuado crescimento em número de unidades pelo País. A quantidade de unidades partiu de 140 unidades em 2002 para 643 unidades em 2017 (CONIF, 2018). O aumento da oferta de cursos e campi neste período proporcionou um acesso mais democrático a esta modalidade de Educação, no entanto, surge a necessidade de se obter mais informações quanto a efetividade desta política pública e sua relação com o gasto público. Assim sendo, a presente pesquisa visa responder a seguinte pergunta:

Qual o grau de efetividade da política de educação de ensino técnico em relação a empregabilidade dos alunos egressos?

Em busca de responder à pergunta que norteia este estudo, tem-se como objetivo geral o estudo sobre a importância das pesquisas qualiquantitativas, constantes, cíclicas e padronizadas de estudantes egressos concluintes para se conhecer a efetividade dos

IFs no Brasil. E para atender tanto a resposta realizada e alcançar o objetivo geral exposto, busca-se atingir alguns objetivos específicos, sendo:

- a) Levantamento de dados e informações sobre as pesquisas da situação de egressos dos IFs no Brasil;
- b) Levantamento de dados e informações sobre as pesquisas com egressos de escolas técnicas no DF;
- c) Compreensão do processo de avaliação do ciclo de políticas públicas para os IFs.

O estudo justificou-se por ter sido observado a não identificação de pesquisas sobre o assunto em questão, sendo que, contribuições sobre o tema, auxiliam uma melhor compreensão e entendimento do fenômeno. A geração de empregos é uma das principais demandas da população brasileira e a formação de novos profissionais por meio de escolas técnicas de nível médio e superior representa uma das principais soluções para a diminuição do desemprego no país, principalmente entre jovens e adultos.

Existem mais de 640 IFs no Brasil, no entanto, se desconhece que sejam feitas pesquisas de forma padronizada e instantâneas em todas instituições da situação profissional de egressos das citadas instituições de ensino. De acordo com Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF (2018), o ensino tecnológico teve um relevante vácuo no Brasil.

É importante saber dados e informações que possam demonstrar a efetividade dos cursos técnicos quando os estudantes egressos entram no mercado. É relevante obter as correlações entre tipo de curso e profissão, entre tipo de curso e remuneração, entre tipo de curso e níveis hierárquicos dentro das organizações, entre egressos e empregabilidade, entre outras correlações.

A pesquisa de egressos gera análises que podem suscitar medidas retificadoras e ratificados das estruturas e funcionamentos dos IFs, produzindo melhorias que possam ter correlação com o sucesso do egresso em relação à sua profissão. Aliás, este deve ser o objetivo central dos IFs, promover empregos para milhares de brasileiros, por meio da educação especializada.

Esta pesquisa teve finalidade básica, quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, quanto à abordagem, qualitativa, quanto aos métodos, hipotético e dedutivo, quanto aos procedimentos, uma pesquisa bibliográfica, que levantou dados e

informações provenientes de sítios eletrônicos governamentais e de plataformas de artigos científicos, além de livros.

O trabalho apresentado foi desenvolvido abordando inicialmente conceitos que auxiliarão o leitor acerca do tema ciclo de políticas públicas, efetividade, evolução das escolas técnicas no Brasil e pesquisas nacionais de avaliação. Por conseguinte, foram apresentados os procedimentos metodológicos e posteriormente, a discussão dos resultados, e, por fim, as considerações finais.

## Capítulo 1

### REFERENCIAL TEÓRICO

#### 1.1 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Ciclo de Políticas Públicas compreende a 5 fases sendo elas formação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação. Para Howlett e Ramesh (2013), observa-se que seja “comum que se saltem fases, sendo a formação da agenda a fase mais difícil de notar”, e isto se coloca principalmente em políticas que possuem caráter incrementalista.

A seguir é apresentado esquema do ciclo de políticas públicas:

Figura 1 – Ciclo de políticas públicas.



Fonte: POLITIZE (2018).

Considerando a participação de todos os atores públicos e privados envolvidos na elaboração das políticas públicas, deve-se observar as limitações para a implementação de novas políticas públicas quando visto o próprio ciclo apresentado. No Brasil principalmente deve-se atentar aos aspectos sociais e diferenças regionais (problemas, limitações e oportunidades).

Conforme Hayashi (2017) *apud* Politize (2008), “As políticas públicas são um *feed back* do Estado às demandas do coletivo que, por meio do desenvolvimento de ações e programas, almejam o bem-comum e a mitigação da desigualdade social. Esses

programas e ações necessitam ser estruturados de forma funcional e sequencial para tornar possível a produção e organização do projeto”.

Assim, HAYASHI (2017) *apud* (JENKINS, HOWLETT; RAMESH, 1996), afirma que a política pública obedece à estruturação de decisões sistemáticas provenientes dos atores políticos citando ademais o conceito discutido por Saraiva, onde políticas se apresentam no âmbito institucional, decisório, comportamental e causal:

“Institucional (oriunda do Estado positivado e legitimado), decisório (ocorre por meio de decisões estruturadas), comportamental (vai além da mera decisão, de forma a se materializar através de ações ou omissões) e causal (geram efeitos políticos e sociais).” (SARAIVA *apud* RONCARATTI, 2008, p.4)

Isto gerando um processo de entrada e saída, tendo a entradas atribuídas como demandas, sejam elas como demandas sociais ou um problema emergente, chegando ao desenho de uma política, bem como das demandas do próprio sistema político, de maneira a acarretar respostas ou outputs (RUA, 2006).

Conforme Hayashi, a formação da agenda apresenta certos aspectos devem ser levados em consideração, tais como:

Relação custo-benefício, análise social, viabilidade orçamentária, relevância política, etc. Por ser o primeiro passo de uma política pública é o mais difícil e importante, pois a forma que a demanda for tratada inicialmente poderá ser determinante na condução das demais fases. (HAYASHI, 2017)

Se um tema entra na agenda política, não significa que ele será tratado de imediato pelo governo, isto porque há uma subjetividade enorme dos atores envolvidos, além de ser impulsionada por fatores como economia, política de governo, reações dos mercados privados e públicos. Assim a criação da agenda não é um processo lógico-racional e sim um diálogo entre as fontes materiais sociais. (HAYASHI, 2017)

Já a implementação, está ligada ao funcionamento real da política pública, uma vez que deve existir um planejamento, estruturação da máquina pública considerando a capacidade institucional de se conseguir implementar e provisionamento de todos os insumos essenciais a execução (RONCARATTI, 2008, p. 38). Esta fase é, de forma regular, influenciada por problemas de implementação e por aspectos sociais, econômicos, políticos, entre outros. (HAYASHI, 2017)

Na implementação das decisões, deve-se decidir o instante para implementação de uma política pública demanda muito dos atores políticos, pois é essencial identificar a janela de oportunidade para que se tenha

sucesso. Há de se ponderar nesta fase a contínua ausência de recursos no Estado, o que pode comprometer a implementação de uma política pública. (HAYASHI, 2017).

Em relação à execução de uma política pública a (HAYASHI, 2017) aponta a literatura indicação de dois modelos pela literatura:

a) cima para baixo, a hierarquia institucional é relevante, uma vez que as decisões são tomadas pelos superiores hierárquicos, sendo que os subordinados são simples executores.

b) de baixo para cima é mais prático, a medida que torna importante não só o público alvo, mas também a sinergia entre as pessoas e as estruturas governamentais englobadas na implementação da política pública.

Enquanto que o monitoramento e a avaliação é a fase de se diagnosticar e conformar a execução da política pública, de maneira a permitir a confirmação da política, correção da implementação ou cancelamento. (HAYASHI, 2017)

Os autores dão ênfase de que a avaliação irá verificar a validação da tomada de decisão em implementar tal política, observando segundo Roncaratti (2008, p. 43) que a avaliação é usada para fundamentar uma justificativa ou satisfação perante à sociedade, ao mesmo tempo que permite o aprendizado por parte dos gestores, que saberão os impactos da política pública implementada. Salienta-se que a avaliação poderá ajudar a medir o nível de satisfação da sociedade e também sua efetividade, ao ser realizada antes da implementação da política pública (ex-ante) ou posterior à implementação (ex-post), dando ao gestor a possibilidade de mudança de curso no desenho da política pública se necessário.

## **1.2 CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DE EFETIVIDADE**

O nascimento do estado de direito foi marcado por movimentos revolucionários que promoveram rompimentos com os regimes patrimonialistas a exemplo das revoluções inglesa, francesa e norte americana. Estes eventos culminaram na quebra do modelo de gestão à época, patrimonialista e sem regras universais (MARTINS, H; MARINI, C, 2010). Foi-se criado modelos de parlamento representativo com poder decisório, república com equilíbrio entre poderes e federação que deram origem ao estado democrático de direito em prol do coletivo em consonância ao caráter

patrimonialista vigente.

O surgimento do estado moderno perpassa pela implementação do ideal de estado de direito que contribui para a democratização de leis, implementação do direito civil e políticos à sociedade. Outro item característico deste momento foi a implementação do ideal de estado social, onde há o reconhecimento de direitos sociais como promoção da educação, saúde, previdência entre outros. O Estado necessitaria de uma estrutura complexa e pesada para implementar tais políticas (MARTINS, H; MARINI, C, 2010). A administração do século XX foi baseada em modelos de administração burocrática clássica que possui os elementos de legalidade e impessoalidade como suas principais características e que até a atualidade, ainda influenciam os modelos gerencias públicos no Brasil. A evolução do modelo burocrático clássico culmina no intercâmbio entre técnicas administrativas e de gestão da iniciativa privada para o serviço público tendo como objetivo um aumento de eficiência e transparência no emprego de recursos públicos para desenvolvimento de projetos e políticas públicas (MARTINS, H; MARINI, C, 2010).

A visão panorâmica desta transição demonstra a evolução do padrão do Estado patrimonial pré-moderno para um padrão de estado contemporâneo pós-moderno direcionado a busca pela plenitude do estado democrático de direito onde garanta os direitos civis, políticos, sociais da população.

O recorte a seguir demonstra a evolução das reformas administrativas à partir da implementação da nova Constituição federal de 1988 (MARTINS, H; MARINI, C, 2010):

*Quadro 1 - Reformas administrativas CF/88*

<b>Reformas administrativas</b>		
Década 80 e 90	Início do Século XXI	A partir de 2008
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação econômica e fiscal;</li> <li>• Busca por captação de recursos estrangeiros;</li> <li>• Estrutura fortemente burocrática;</li> <li>• Sem preocupação com avaliar resultados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção do desenvolvimento e fortalecimento institucional;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reordenamento de funções e regulação;</li> <li>• Mitigação dos efeitos sociais negativos;</li> <li>• Desenvolvimento gerencial a partir do investimento em novas bases tecnológicas.</li> </ul>

Fonte: Cavalcante (2018).

A partir da implementação da nova Constituição Federal em 1988, os parâmetros de forma de atuação dos servidores, neste momento, deveriam obedecer alguns princípios constitucionais, sendo eles o princípio da Eficiência que de acordo com Vasconcelos (2009) obriga o administrador público a buscar a melhor forma de se realizar uma tarefa, com o menor desembolso e a maior vantagem possível à sociedade, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar do cidadão. Garde (2001), trata este momento da gestão pública como uma renovação e de certa forma uma inovação no funcionamento da Administração, onde há a inclusão de técnicas do setor privado adaptadas à realidade e as características próprias do setor público.

A partir de 1995, a reforma do aparelho do Estado, teve como principal função “o desenvolvimento de novas visões e metas para o Estado, onde o mercado econômico também passaria a ter condições mais favoráveis para seu desenvolvimento” (CORRÊA, 2007, p.490). Desta forma, “o novo papel do Estado é o de facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva.” (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.1)

FARIA (2005, p.99) assinala que o desenho das reformas do setor público privilegiou dois supostos básicos

A adoção de uma perspectiva de contenção dos gastos públicos, de busca de melhoria da eficiência e da produtividade, de ampliação da flexibilidade gerencial e da capacidade de resposta dos governos, bem como de maximização da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, em um processo no qual o “consumidor” dos bens e serviços públicos estaria, supostamente, em primeiro plano. O segundo propósito ou expectativa é de que tais reformas pudessem contribuir para uma reavaliação da pertinência das organizações governamentais preservarem todo o seu leque tradicional de atribuições, prevalecendo um contexto de valorização da provisão privada de bens e serviços.

A adoção de política de contenção dos gastos públicos, a melhoria da eficiência e da produtividade, buscando uma gestão com transparência da gestão pública em um processo no qual o “consumidor” dos bens e serviços públicos estaria, supostamente em primeiro plano (FARIA, 2005) se transformou no programa nacional de gestão pública e desburocratização GESPÚBLICA. Este programa de qualidade era pautado na “mobilização dos servidores e na análise e melhoria de processos com o uso de ferramentas da qualidade” (LIMA, 2007, p. 38), de modo mais amplo, a administração gerencial evoluiu para melhorias de processos com objetivo de uma gestão não burocratizada, buscando resultados eficientes e efetivos para o cidadão.

A gestão pública passa a se preocupar com outras perspectivas que antes não eram evidenciadas, o reordenamento público nas funções e regulação buscam um maior controle na aplicação dos recursos públicos, que em contrapartida avaliará os resultados alcançados pela política pública. Uma boa gestão é aquela que alcança resultados (MARTINS, H; MARINI, C, 2010). Apesar de a questão da eficiência estar presente no discurso constitucional como forma de melhoria na gestão pública, sabe-se que as organizações públicas ainda não possuíam indicadores que avaliem essa questão (FREY, 2000).

Uma forma de se avaliar o atingimento ou não dos resultados de uma ação é por meio da Efetividade. Magalhães e Souza (2014), conceitua efetividade como quando uma política alcança os objetivos e/ou as metas estabelecidas gerando os impactos (*outcomes*) previstos, mitigando ou resolvendo o problema originalmente existente (SANO, H; MONTENEGRO FILHO, 2013). Torres (2004), eleva a discussão para uma outra esfera: A efetividade tem em seu cerne averiguar “a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais” (TORRES, 2004, p.175). A efetividade, no setor público deve aferir em que medida os resultados da ação trazem benefício à população.

O manual técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) define, eficiência como fazer o máximo com o mínimo de recursos; eficácia como sendo a capacidade de atingir os objetivos propostos, e; efetividade como a avaliação das transformações ocorridas a partir da ação. (SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, 2013). Os gestores devem estar cientes que o planejamento deve visar sua otimização de forma operacionalizada, e que os auxiliem no processo de busca da melhoria na administração do projeto (OLIVEIRA, 2008).

*Quadro 2- – Eficiência, Eficácia Efetividade.*

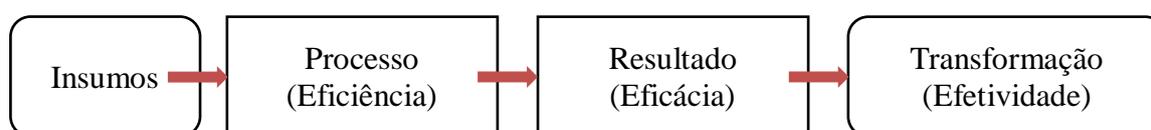
Eficiência é	Eficácia é	Efetividade é
Fazer as coisas da maneira adequada	Fazer as coisas certas	Manter-se sustentável no ambiente
Resolver problemas	Produzir alternativas criativas	Apresentar resultados globais ao longo do tempo
Cuidar dos recursos aplicados	Maximizar a utilização dos recursos	Coordenar esforços e energias sistematicamente
Cumprir o dever	Obter resultados	

Reduzir custos	Aumentar o lucro	
----------------	------------------	--

FONTE: Oliveira (2008).

O modelo de Jannuzzi e Patarra (2006) simboliza a relação entre as significâncias dos termos eficiência, eficácia e efetividade em uma proposta que segue o raciocínio insumo-processo-resultado-impacto. Desta forma, a proposta demonstra de forma didática como que cada uma destas variáveis exerce influência na ação ou política:

*Figura 2- Fluxograma da avaliação.*



Fonte: Jannuzzi e Patarra (2006).

### 1.3 BREVE HISTÓRICO DAS ESCOLAS TÉCNICAS NO BRASIL

As escolas de ensino técnico foram criadas pelo presidente Nilo Peçanha no decreto nº 7.466 de 23 de setembro de 1909, onde instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) destinadas ao ensino de cursos técnicos primários gratuitos, cujo objetivo era de preparar crianças carentes de 10 a 13 anos tecnicamente e intelectualmente para o mercado de trabalho. Os cursos práticos buscavam ensinar conhecimentos técnicos para a formação de operários e contramestres a fim de ajuda-los a superar a sua realidade socioeconômica (BRASIL, 2011).

Em 1910 foram inauguradas 19 EAAs nas capitais de todos os Estados, exceção ao Rio Grande do Sul que possuía o Instituto técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Cada Escola deveria conter no mínimo 5 cursos de formação profissional, de acordo com as demandas regionais, divididos em: trabalhos em madeira; trabalhos em metal; artes decorativas; artes gráficas; artes têxteis; trabalho em couro; fabrico de calçados; atividades comerciais (FILHO, 2002).

Durante as décadas seguintes os centros de ensino foram sendo aprimoradas de acordo com as mudanças sócias da época. O Brasil passou por um processo de urbanização e industrialização que mudou o quadro de necessidades de formação de mão de obra, por esse motivo em 1937, através da lei nº378/37 as EAAs foram

transformadas em Lyceus Industriais onde o ensino técnico virou elemento primordial para o desenvolvimento do país. (BRASIL, 2011)

Segundo FILHO, 2002, as escolas técnicas Liceus Industriais passaram a trabalhar de acordo com o desenvolvimento e crescimento da indústria que ainda era incipiente, sendo um fator essencial para formação e sustentação da nova estrutura produtiva que estava sendo formada.

Mais que uma simples aprendizagem, esses postos exigiam certas habilidades, leitura e cálculo, e uma relativa capacidade de raciocínio abstrato, o que se buscou suprir parcialmente, mediante os cursos ginásiais industriais. Nesse contexto, a educação nacional passou por um processo de reforma, conhecido como Reforma Capanema, que através de diversos decretos, modificou a estrutura da organização da educação em ramos de ensino, dentre eles o ensino industrial (Decreto Lei nº4073/42). (FILHO, 2002).

Essa reforma promoveu uma profunda mudança no sistema educacional brasileiro, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Na mesma ocasião, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas. (BRASIL,2011).

No ano de 1959, a Lei 3.552, unificou o ensino técnico, transformando em autarquia federal, garantindo autonomia as instituições em seus planos de curso, nas áreas administrativas e financeiras, foram criadas uma nova denominação Escolas Técnicas Federais. Após 2 anos a lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº4024/61, garantiu aos egressos das escolas técnicas a equivalência de título aos cursos secundários, assegurando aos alunos a possibilidade de ascensão ao ensino superior. (SILVA, 2012).

Durante a década de 70 a Lei 5.692/71 entra em vigor, alterando toda estrutura educacional, o ensino médio passa a ser obrigatoriamente profissionalizante, reforçando o caráter técnico na educação básica, as Escolas Técnicas eram as únicas com estrutura para conseguir atender a nova legislação, por esse motivo houve uma melhora na infraestrutura de algumas Escolas, resultando em um aumento pela procura da população para adentrar nessas instituições de ensino.

No ano de 1978 através da lei nº6545, 3 Escolas Técnicas Federais foram promovidas a Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), RJ,

MG, PR. As 3 instituições possuíam capacidade e estrutura para lecionar o curso de Engenharia de Operações.

O ensino tecnológico teve um grande hiato no Brasil, por 30 anos não houveram mudanças significativas na legislação e nas próprias instituições. No ano de 2008 a Lei nº 11.892, que fez parte do plano de expansão do MEC autorizou a criação Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que saiu de 140 escolas em 2004 para 643 campi em 2017, através da criação de novos institutos, e a agrupando as antigas escolas técnicas e CEFETs. (CONIF, 2018)

#### **1.4 PESQUISAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO**

Pesquisas com egressos de instituições de ensino, em qualquer nível, podem ser muito úteis para se conhecer a efetividade das suas missões enquanto estabelecimentos educacionais. As pesquisas com egressos podem confirmar ou não a qualidade desses estabelecimentos nas mais diversas formas. Pode detectar aspectos que devem ser mantidos e até maximizados, no entanto, pode, também, indicar aspectos que devem ser suprimidos ou melhorados. De qualquer forma, as pesquisas com egressos são fundamentais para se diagnosticar a efetividade dessas instituições.

Atualmente, a formação por ensino técnico é muito enfatizada no Brasil, como forma para preparar os jovens para uma inserção mais ágil no mercado de trabalho. Entretanto, não há pesquisas voltadas para identificar como os egressos desses cursos identificam suas experiências e quais são os desafios vivenciados em sua prática profissional, mostrando como suas expectativas foram atendidas quanto à relação da educação profissional com o mercado de trabalho, assim como, os motivos principais de escolha dessa modalidade de ensino nos Institutos Federais (IFs) o local de atuação e os principais quesitos para que o esse Técnico consiga maiores salários (DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016)

Um dos objetivos dos Institutos Federais é contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional, descentralizando as oportunidades a partir de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes em todos os Estados. De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

(SETEC), em 2008, havia 161 unidades federais de educação profissional. Já ao final 2014, o número de escolas passou para 562. (DIAS, 2016)

É claro que o aumento do número das instituições e vagas, contribuiu para a democratização do acesso a este tipo de Educação, mas, surge a necessidade de mais pesquisas para avaliar se essa política pública está sendo efetiva e se compensa o gasto público. Para se analisar a contribuição desta política, os Institutos Federais devem perseguir seus objetos para além dos aspectos políticos pedagógicos, proporcionando elementos que possibilitem maiores chances de empregabilidade, aumento da renda e sucesso profissional (OLIVEIRA, 2016).

Egresso é o “aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma” (FERES; PATRÃO, 2009). Já a empregabilidade é vista como o conjunto de características do trabalhador, que permitem sua colocação (e permanência) no mercado de trabalho. Estas características se formam pela junção de conhecimentos, habilidades, competências e esforços individuais para adequação aos requisitos do mercado (FERES; PATRÃO, 2009).

Existem várias concepções sobre a empregabilidade, mas, existe um elemento comum: a educação. Esta é vista como um elemento fundamental para se conseguir os conhecimentos que o trabalhador precisa para se manter mercado de trabalho. A estreita relação entre educação, trabalho e indivíduo corroborou para direcionar as políticas públicas nacionais de educação no sentido de uma proposta de formação objetivando a empregabilidade, assim como a retomada do debate sobre a Teoria do Capital Humano (DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016).

O principal aspecto da Teoria do Capital Humano, representada principalmente por Schultz, é que o indivíduo que investe em si próprio (em capital humano) é capaz de aumentar as suas oportunidades relativas a um posto de trabalho. No entanto, a teoria do capital humano, de acordo com o mesmo autor, “valoriza o processo de aprendizagem e treinamento que também acontece fora do ambiente escolar, através da experiência de trabalho e da migração (quantidade de serviços)” (DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016).

O mercado do trabalho tornou-se mais seletivo exigindo funcionários com habilidades e competências que permitam que estes consigam lidar com situações de mudanças e imprevistos. Desse modo, o aumento da oferta e o aprimoramento da educação profissional contribuem para o aumento da empregabilidade e chances mais significativas de oportunidades no mercado. Os investimentos públicos em educação

profissional têm como objetivo o crescimento econômico do país, aumento da competitividade e melhoria das escolas, além de elemento para aumentar as noções de cidadania e inserir de forma mais efetiva os jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea (DIAS, 2016).

Para avaliar se a política pública está sendo efetiva deve haver um monitoramento da ação governamental, uma vez que os recursos para se atender essa demanda pública são escassos. No caso da política de expansão do ensino profissionalizante é necessário, então, identificar se a proposta das Instituições de ensino profissional estão realmente criando oportunidades aos seus egressos, e atendendo às demandas do mercado de trabalho. (DIAS, 2016)

Desse modo, o acompanhamento dos egressos é importante para se avaliar a efetividade desses cursos profissionalizante. Além de poder contribuir, promovendo ajustes no sistema de ensino oferecido. Contudo, uma vez que essas pesquisas não estão sendo realizadas de forma abrangente, realizadas apenas isoladamente, não tem sido possível identificar se os egressos estão, atualmente, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias (DIAS, 2016).

Pena (2000) e Rus Perez (2010) afirmam que é de extrema importância que se monitore os egressos. Afirmativa que é corroborada, também, por outros documentos, como o Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), que constatou a carência de pesquisas de monitoramento de egressos dos IFs. (DIAS, 2016)

Além disso, o documento “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, orienta ações que estimulem e coordenem as iniciativas de governo, sendo que uma das ações desenvolvidas é:

Rever os indicadores de avaliação quantitativa e qualitativa. Criar uma comissão de avaliação e produção de indicadores de desempenho qualitativos, quantitativos e indicadores da instituição, que contemplem infraestrutura, demandas socioeconômicas, inclusão e egressos (BRASIL, 2004a, p. 56).

Um relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2011, verificou que a implantação de mecanismos para se acompanhar os egressos, permite verificar se eles estão atuando em sua área de formação, se o que é ensinado na Instituição preenche as expectativas do mercado de trabalho, além de fornecer dados para tomada de decisão, e avaliação da gestão adotada (DIAS, 2016).

De acordo com Rocha et al. (2005, p. 49):

A pesquisa de acompanhamento de egressos é fundamental para uma instituição de ensino avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender às necessidades da sociedade. Em particular, temos a necessidade de estarmos bem preparados para formarmos bons profissionais e ao mesmo tempo sintonizar esta formação profissional com as necessidades do mundo do trabalho. (ROCHA et al, 2005, p.49).

A pesquisa de acompanhamento de egressos são um importante componente estratégico por ser capaz de apoiar as ações e decisões das Instituições de Ensino (DIAS, 2016). Ainda, o TCU sugeriu que se incrementasse as futuras pesquisas com características como:

- a) destino dos egressos (trabalho, trabalho/estudo, estudo, não trabalha nem estuda);
- b) localizadores regionais (campi, Institutos Federais, município, estados);
- c) correlação entre área de estudo e de trabalho (área em que trabalha e área em que estudou);
- d) correlação entre formação obtida e função desempenhada no trabalho;
- e) dados demográficos e socioeconômicos dos estudantes (gênero, raça, renda per capita da família) (TCU, 2012, p. 42).

Se tornou consenso que para acompanhar os egressos, deveria se investigar os seguintes indicadores, de acordo com Dias (2016):

- Número de egressos no mundo do trabalho atuando na área de formação.
- Número de egressos no mundo do trabalho atuando em outra área que não a de formação.
- Número de egressos que verticalizaram o ensino na área de formação.
- Número de egressos que verticalizaram o ensino em outra área que não a de formação (BRASIL, 2013, p. 19).

Além disso, a pesquisa de egressos deve permitir o levantamento de informações relacionadas à situação destes no mercado de trabalho, sendo que esses resultados podem direcionar o planejamento, a definição e a renovação das políticas educacionais das instituições (BRASIL, 2013, p. 35).

De acordo com Dias (2016), O acompanhamento do egresso é “política necessária para avaliar a adequação da capacitação fornecida pelos IFs às demandas do setor produtivo”, pois segundo Rocha et al.:

É fundamental para uma instituição de ensino avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender as necessidades da sociedade. Em particular, temos a necessidade de estarmos bem preparados para formarmos bons profissionais e ao mesmo tempo sintonizar esta formação profissional com as necessidades do mundo do trabalho (ROCHA et al., 2005, p.4).

Desse modo, os egressos representam a articulação com a sociedade, além de serem, ainda, importante fonte de informações, através das quais, as instituições podem

avaliar a imagem que representam perante a sociedade. Ademais, a pesquisa com egressos permite que se examine se ainda há espaço amplo no mercado aos profissionais que ainda estão se formando na instituição, ou se ele já está saturando, por meio da averiguação do grau de dificuldade que os egressos enfrentaram para se inserirem ou se manterem na determinada atividade profissional (DIAS, 2016).

Além dos quesitos já mencionados para que a pesquisa com os egressos seja efetiva (localizadores regionais; empregabilidade, clareza dos fatores que permitam ou impeçam a entrada dos egressos no mercado de trabalho; correlação entre área estudada e a de trabalho; competências requerida pelo mercado; consequências da formação para a atuação profissional e adequação do currículo) (DIAS, 2016), outro fator que se deve observar é o perfil social (MICHELAN et al., 2009), que abarca os dados socioeconômicos e demográficos (TCU, 2012). Esse fator é relevante pois contribui na identificação sobre o incremento da qualidade de vida dos egressos. (DIAS, 2016).

O Brasil já faz pesquisas qualiquantitativas, nacionais, padronizadas e instantâneas há décadas. Essas pesquisas contribuem para se conhecer realidades que podem ajudar, em muito, a formulação de políticas, planos, programas e projetos em qualquer área da administração pública. Estas pesquisas qualiquantitativas em nível nacional, são feitas instantaneamente para se obter um “retrato” do todo de algo em um dado momento e devem ser padronizadas, para se evitar problemas em análises holísticas de um sistema.

De acordo com de Oliveira (2013), na sua trajetória histórica, o IBGE elaborou e produziu uma série de pesquisas muito significativas no tocante à oferta de informações sobre as diversas características demográficas e socioeconômicas da população brasileira. Dentre inúmeras pesquisas, o censo demográfico é um eixo de referência para todas as demais.

Outra pesquisa nacional, padronizada e instantânea de suma importância nos estudos e análises da dinâmica demográfica do Brasil é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta pesquisa, iniciada a partir de 1967, por ter propósitos múltiplos, investiga várias características demográficas e socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como:

As características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país. (DE OLIVEIRA, p. 300)

Em 1998 o Governo Federal do Brasil criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como uma ferramenta para avaliar e monitorar o desempenho dos educandos no término da educação básica. Por mais de dez anos este exame foi utilizado única e exclusivamente para avaliar as habilidades e competência de concluintes do Ensino Médio, sem o objetivo de fazer a seleção para o ensino superior. A partir de 2009 medidas governamentais incentivaram a utilização do ENEM não somente como um processo de avaliação do Ensino Médio, mas como forma de acesso ao ensino superior no Brasil.

### **1.5 EMPREGABILIDADE NO PAÍS**

Segundo MINARELLI (1995), várias mudanças ocorreram no mercado de trabalho, exigindo que a formação do corpo trabalhador ultrapasse a capacidade de execução da atividade. O que ocorre hoje no país, visa tratar a empregabilidade como parte componente do mercado, uma vez que o autor apresenta pontos como adequação vocacional, competência profissional, saúde física e mental, reserva financeira e fontes alternativas, relacionamentos.

As Instituições Federais de Ensino Superior, na atualidade possuem responsabilidade no que se chama de capacidade cognitiva de seus egressos, no entanto alguns fatores como relacionamentos (estes pessoais e interpessoais), saúde física e mental passam a ser testadas dentro do mercado, o que torna difícil a captação de resultados entre egressos e entrada de egressos no mercado de trabalho. Fatores citados por Minarelli (1995), como vocacionais e competência profissional entram em choque desde a entrada do egresso na instituição, pois nem sempre a vocação é o que o mercado absorve em determinada região e resulta em profissionais que dependerão de instrumentos motivacionais para que se mantenham no mercado de trabalho. HILSDORF (2009), afirma que:

“(…) Conviver cotidianamente com este nível de pressão não requer apenas intelecto relevante, mas, condições físicas e mentais pra lá de saudáveis. As maiores causas de afastamentos a partir do nível gerencial se devem a transtornos psicológicos, muitos deles potencializados pelo estresse negativo oriundo dos níveis crescentes de pressão e da falta de uma disciplina que permita crescimento na carreira associado à qualidade de vida.”

Ademais, neste âmbito surge uma dicotomia dentro do tema, onde o composto de empregabilidade vistas ao empregado esbarra na capacidade da taxa ocupação e taxa de postos de trabalho disponíveis na região ou setor. Apesar de Minarelli (1995) entender

empregabilidade como a condição de ser empregável, isto é, de dar e conseguir emprego para os seus conhecimentos, habilidades e atitudes intencionalmente desenvolvidos pela educação e treinamento, sintonizados com as necessidades do mercado de trabalho. É a capacidade de os profissionais manterem-se empregados ou de encontrar novo emprego quando demitidos.

Em complemento RUEDA, et al. (2004) afirma que no “marco universitário, pode-se dizer que empregabilidade não é conseguir empregos para graduados, e sim o desenvolvimento da capacidade crítica no processo de aprendizagem continuada, o que não quer dizer reduzir a educação superior a treinamento. ” Visto que, nem sempre a instituição educacional aplica o programa de desenvolvimento de matrizes e currículos aliados ou em parceria com o mercado empregador.

## **Capítulo 2**

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Foi realizada uma pesquisa, quanto à finalidade, fundamental, quanto à natureza, um resumo, quanto aos objetivos, exploratória, quanto à abordagem qualitativa, quanto ao método de abordagem, dedutivo e hipotético, quanto aos procedimentos, uma pesquisa bibliográfica, na busca de dados e informações em sítios eletrônicos governamentais, não-governamentais e de artigos científicos, além de livros e revistas.

Foi realizado um estudo de caso no qual se levantou dados e informações sobre a realização de pesquisas de egressos do IFB e da efetividade institucional no âmbito interno, tais como taxa de efetividade acadêmica, taxa de reprovação, taxa de saída com êxito, taxa de conclusão e taxa de evasão.

De acordo com Gil (1983, p. 50), pesquisa é: um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Já para Cervo e Bervian (1983, p. 50): pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos”.

Na pesquisa fundamental, o objetivo é buscar o saber, para a satisfação do pesquisador em obter o conhecimento, geralmente é feita por cientistas para contribuir para o progresso da ciência. (ANDRADE, 2007).

Para Andrade (2007), o resumo é um tipo de pesquisa que dispensa informações ou ideias originais, mas não despreza o rigor científico. Fundamenta-se em trabalhos científicos mais avançados, publicados por outros cientistas, notadamente mais reconhecidos.

De acordo com Andrade (2007, p. 114):

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Por meio das pesquisas exploratórias avalia-se a possibilidade de desenvolvimento de uma boa pesquisa sobre determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica usa fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos de outros autores e não de fontes primárias, provenientes de dados estatísticos, imagens e trechos de entrevistas obtidos pelo pesquisador (ANDRADE, 2007). Nessa pesquisa foi utilizado para análise do IFB (Instituto Federal de Brasília) o PDI (Plano Desenvolvimento Institucional) referentes aos anos 2014 a 2018.

De acordo com Andrade (2007), pode-se considerar este trabalho, quanto à natureza, como um resumo de assuntos e não um trabalho original. Quanto aos objetivos, representa apenas uma pesquisa exploratória, na busca de dados e informações relacionadas ao tema, para proporcionar maior familiaridade com o tema pesquisado.

Para Soares (2003, p. 19): “Ao contrário da abordagem quantitativa, a abordagem qualitativa não emprega procedimentos estatísticos, como centro do processo de análise de um problema”. Por meio desse tipo de abordagem, o pesquisador interpreta os fatos, procurando solução para o problema proposto. Logo, não se utilizou neste trabalho uma abordagem quantitativa.

Para Viegas (1999, p. 128): “É devido a necessidade da hipótese que o método é chamado hipotético”. Esse artigo usou a hipótese de que a utilização de pesquisa de egressos dos IFs pode contribuir para o aumento da efetividade desses institutos.

De acordo com Viegas (1999, p. 125), o método dedutivo ou raciocínio dedutivo é: “aquele que procede do geral para o particular, do princípio para a consequência”. Foi utilizado esse método para a elaboração desse trabalho, pois a utilização de pesquisas de

egressos pode contribuir para se conhecer a efetividade de qualquer instituição de ensino.

O estudo de caso, de acordo com Gil (2007) é uma modalidade de pesquisa muito utilizada nas ciências biomédicas e sociais e pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem delimitada como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social.

Os procedimentos para a coleta de dados foram realizados de forma a buscar informações que auxiliem a construção do pensamento desenvolvido no trabalho. A técnica utilizada foi a pesquisa documental de dados secundários. De acordo com Malhotra (2011), sugere que o levantamento inicial de dados secundários ajuda o pesquisador leitor a desenvolver conhecimento acerca do tema e auxilia as próximas etapas da pesquisa.

Esta pesquisa buscou compreender o processo de efetividade da política pública a partir da seleção de um caso único com intuito de facilitar a compreensão de algo mais amplo, fornecendo *insights* relevantes sobre um assunto. Assim sendo, foi possível apresentar informações ao leitor que o auxilia tirar suas próprias conclusões sobre o tema estudado (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

### **Capítulo 3**

## **RESULTADOS**

O presente capítulo busca introduzir ao leitor os resultados dos levantamentos de informações elencados anteriormente e discutirá os objetivos propostos na pesquisa a fim de gerar discussões acerca do tema. Os instrumentos utilizados para esse estudo foram a revisão bibliográfica e estudo de caso para exemplificar de maneira mais consistente a necessidade da avaliação dessa política pública.

### **3.1 PRINCIPAIS DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS DA SITUAÇÃO DE EGRESSOS DOS IFS NO BRASIL**

O levantamento proposto nos objetivos, apresenta em uma primeira coleta os resultados descritivos apresentados, à exemplo o Tribunal de Contas da União (TCU),

em 2011, divulgou um relatório relativo à auditoria da Rede Federal de Educação Profissional, o qual atestou que:

Não foram detectadas iniciativas estruturadas nesse sentido pelos Institutos Federais visitados. A falta de cultura institucional foi apontada como fator importante para a não implantação de programas voltados ao conhecimento do que ocorre com os alunos após a conclusão dos respectivos cursos (TCU, 2012, p. 42).

A equipe de auditores responsável afirmou que nenhuma instituição visitada realizava o acompanhamento de egressos como uma atividade de gestão. Os Institutos Federais não possuem a cultura organizacional de implementar programas que visem saber o que acontece com os alunos após a conclusão dos seus cursos. (DIAS, 2016)

Ou seja, mesmo se destacando a relevância do acompanhamento de egressos para a contínua melhoria das instituições de ensino, esse tipo de estudo é pouco realizado no Brasil (PENA, 2000). Existem, atualmente, apenas algumas iniciativas isoladas que almejam mensurar a contribuição e qualificação dos cursos oferecidos pelos Institutos Federais para a empregabilidade e aumento de renda dos alunos (OLIVEIRA, 2016).

O MEC, juntamente com a SETEC, realizou uma pesquisa com os egressos dos IFs relativos aos anos de 2003 a 2007. A partir dos dados fornecidos pelas instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica relativas aos egressos, foi possível a elaboração de um Banco de Dados de compreendendo 72.657 (setenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e sete) registros. (FERES; PATRÃO, 2009)

A amostragem foi realizada de maneira a garantir a representatividade de todas as regiões do país, assim como o perfil institucional predominante. A margem de erro máxima estimada para o resultado geral da pesquisa foi de 2,4 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os valores apresentados. O questionário foi realizado com base em 3 (três) temas: empregabilidade dos egressos; continuidade de estudos e adequação da formação profissional recebida. (FERES; PATRÃO, 2009)

De modo complementar, analisou-se, também, as principais áreas de trabalho dos egressos, a satisfação com a contribuição do curso técnico para seu desempenho profissional, assim como sua trajetória relativa à educação continuada (FERES; PATRÃO, 2009). Observou-se que:

72% dos egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de EPT no Brasil, com pequena variação nas cinco regiões do país, estão inseridos no mercado de trabalho. Destes 72%, cabe destacar que 38% além de trabalharem, também estudam, evidenciando-se a preocupação de que a

educação continuada é fundamental para a empregabilidade. Do total de entrevistados, apenas 22% só estudam e 7% não trabalham nem estudam (FERES; PATRÃO, 2009).

Quanto ao gênero, constatou-se uma maior inserção do homem no mercado de trabalho, 74%, contra 66% das mulheres. Ademais, daqueles que trabalham, 44% atuam na área do curso técnico em que se formaram e 21% em áreas relacionadas. Quanto ao rendimento do técnico, considerando como referência o Salário Mínimo Federal (SM), notou-se que 57% ganham até 3 SM; 11% ganham de 3 a 4 SM; 7% ganham de 4 a 5 SM e 8% ganham acima de 5 SM (FERES; PATRÃO, 2009).

Apesar dos salários dos egressos entrevistados não serem tão elevados, relação dos cursos técnicos com o mercado de trabalho explica o elevado grau de satisfação dos ex-alunos com a sua situação profissional, que chega a 86%, sendo 27% muito satisfeitos e 59% satisfeitos, com pequena variação regional (FERES; PATRÃO, 2009).

Dentre os egressos entrevistados, aproximadamente 43% já trabalhavam quando iniciaram o curso técnico, o que demonstra que a formação técnica é buscada, não apenas como uma forma de se inserir no mercado de trabalho, mas também, de se manter nele, ou como um instrumento de aprimoramento de competências buscando uma movimentação horizontal ou vertical no trabalho (FERES; PATRÃO, 2009).

Outra informação relevante é que 76% dos egressos que trabalham afirmaram que a formação técnica oferecida pela Rede Federal de EPT cumpre as exigências de sua formação para as atividades profissionais, sendo 59% tidas como “compatíveis”, e 17% afirmou que possuem exigências de capacidade menor que a oferecida pelo curso técnico. Desse modo, se verifica que pela análise, se evidenciou a importância da formação técnica tanto relativa à inserção no mundo do trabalho, como às condições mais favoráveis de permanência ou mobilidade no trabalho (FERES; PATRÃO, 2009).

Em 2009, o então secretário de educação profissional do MEC, Eliezer Pacheco, afirmou acreditar que os elevados índices de egressos que se inseriram no mercado de trabalho estão relacionados ao perfil dos cursos escolhidos de acordo com as demandas de cada região. Dentre os empregados, 74% trabalham no máximo à 50 quilômetros das escolas em que estudaram (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

"Eles estão contribuindo com o desenvolvimento local porque os cursos tem uma relação com os sistemas produtivos da região. Quem escolhe os cursos que serão ofertados não é o MEC, mas a comunidade da região", explicou (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

Esta foi a única pesquisa realizada com egressos no âmbito nacional. Mesmo se enfatizando a importância deste tipo de pesquisa, não houveram novas pesquisas durante os últimos 10 anos. Nos últimos anos, foram realizadas apenas pesquisas acadêmicas, pontuais, envolvendo algumas regiões específicas. Ainda, uma vez que há limitados instrumentos de avaliação permanentes e periódicos na Rede Federal, com foco no resultado de sua atuação, ou seja, o egresso, estas pesquisas focais contribuem para a reflexão sobre o tema, e possuem como objetivo a avaliação de impacto da oferta educacional, tendo a empregabilidade como referência de análise.

### **A) Minas Gerais**

Foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa com egressos de Institutos Federais no Estado de Minas Gerais, nos anos de 2006 até 2013. A pesquisa abrangeu 311 egressos, dentre os quais 122 são do IFNMG – Campus Januária; 99 do IFTM – Campus Uberaba e 90 do IFMG – Campus Bambuí. O período de coleta de dados foi de outubro a dezembro de 2014 (DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016), sendo que quanto maior o número de egressos no campus maior o percentual que este representa na amostra. A amostra utilizada foi de 193 egressos (DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016).

Verificou-se 94,3% dos participantes estavam trabalhando, além disso, quase 81% trabalham em área relacionada com a sua formação. Ademais, 88,71% dos egressos não se mudou para outros estados depois de concluírem o curso, ou seja, trabalham em Minas Gerais. Assim, entende-se que o índice de empregabilidade desses egressos é elevado. (DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016).

Subentende-se também que aconteceu uma aproximação das instituições com o setor produtivo, no sentido de atender a demanda deste antes da oferta do curso. Outra constatação é a Educação Profissional e Tecnológica se deu como expansão das oportunidades de acesso à educação superior, “para os filhos de trabalhadores desprovidos de nível econômico de grandes representações, que também escreveram sua trajetória educacional em escolas públicas e, em sua maioria, não tiveram a oportunidade de ir além do nível médio de ensino “(DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016).

Por fim, concluiu-se que há uma grande influência do capital humano, cultural e social sobre a empregabilidade. Levando em consideração que quanto maior o ensino e a renda dos pais (capital cultural), maiores as chances receberem salário melhores, acontecendo fato semelhante em relação ao capital humano, quanto mais tempo de

formado e a maior quantidade de experiências profissionais anteriores, maiores são as chances do egresso receber salários maiores (DE ALKMIM; HEIJMANS, 2016).

### **B) Ceará**

Na pesquisa com os egressos dos Institutos Federais do Ceará, foram analisadas 130 instituições e 2.649 egressos (de um total de 72.657, ou seja, 3,6%). Analisou-se informações relativas à empregabilidade, continuidade nos estudos e avaliação da formação técnica. (DIAS, 2016)

Relativo à empregabilidade, 72% ingressou no mercado de trabalho, dos quais 42% estão trabalhando com funções relacionadas com sua titulação e 25% não trabalham na área de formação. Estas estatísticas apontam que os cursos técnicos não são necessariamente uma garantia de inserção no mercado de trabalho. (DIAS, 2016)

Ainda, notou-se que a maioria dos entrevistados recebia de 1 a 2 salários mínimos. Apesar disto, percebeu-se um elevado grau de satisfação, 86%, dos egressos com sua colocação profissional. Ainda, 57% dos entrevistados continuaram os estudos, cursando ou tendo finalizado cursos de nível superior. Quanto à avaliação da formação técnica, 82% se mostrou satisfeito com o curso realizado. (DIAS, 2016)

### **C) Brasília**

Este estudo foi realizado abrangendo os egressos dos cursos técnicos do Instituto Federal de Brasília nos períodos de 2011 e 2012 (OLIVEIRA, 2016).

A amostra estudada foi de 135 egressos, o que corresponde a 26,16% da do total (OLIVEIRA, 2016). E observou-se que a quantidade de egressos desempregados é significativa, 53% para os que concluíram o curso, e 37% para os egressos evadidos. Entretanto, a diferença ente a condição inicial e da do momento da pesquisa também foi significativa, sendo que para os evadidos o desemprego foi reduzido em 16,66%; e para os egressos concluintes, 27,46% (OLIVEIRA, 2016).

Considerando o total de entrevistados, 57% já estava inserido no mercado de trabalho quando ingressaram no curso técnico, evidenciando o perfil do aluno-trabalhador e a possível aposta nesse tipo de formação como mecanismo de oportunidade de ascensão profissional. Ainda, observou-se que houve um crescimento médio de 45% na renda dos egressos concluintes e 88% dos evadidos, entretanto essa melhora não foi muito significativa. (OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, deduz-se, não conclusivamente, que apesar de a formação ter permitido alguma melhora na condição de vínculo no mercado de trabalho, ela não produziu melhora significativa na condição de renda dos alunos que a concluíram.

As políticas públicas sempre devem buscar avaliar seus resultados, no sentido de obter indicadores precisos, visando a melhoria e adequações dos investimentos realizados. Assim sendo, esse tipo de pesquisa levanta a discussão sobre a adoção de avaliação de impacto desta política, tendo como base o aluno egresso e sua condição no mercado de trabalho, uma vez que esses fatores os principais motivos pelo qual há investimento público nesta área. A maioria das avaliações existentes está focada no âmbito da qualidade da Educação oferecida, com forte ênfase e contribuições no aspecto pedagógico. Mas faltam pesquisas que comprovem a efetividade dos cursos no âmbito do mercado de trabalho enquanto Gestão da Política Pública (OLIVEIRA, 2016).

Os levantamentos aqui expostos nesse subitem em relação a política de egressos demonstra um distanciamento do real objetivo das escolas técnicas, o próprio TCU questionou a falta de uma pesquisa que demonstre o destino dos milhares de alunos egressos dessas instituições. Deve-se levar em consideração que a pesquisa encontrada do MEC e SETEC se refere a um período anterior a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica onde o momento social, político, econômico do país era totalmente diferente do atual, a própria instituição teve um crescimento em todas áreas, o que leva a ratificar o comentário do TCU.

### **3.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DE PESQUISAS COM EGRESSOS DE ESCOLAS TÉCNICAS NO DF**

O Distrito Federal foi um dos Estados mais beneficiados pela política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Até o ano de 2007 contava com apenas uma unidade de ensino técnico federal. A partir de 2008 com investimentos do MEC para expansão e implementação de novos CAMPI, o IFB (Instituto Federal de Brasília) conseguiu aumentar a sua área de atuação para diversas regiões do DF, chegando a 10 unidades em 2017. (IFB, 2018).

Em 2018, o IFB conseguiu finalizar seu plano de expansão de CAMPI, e com isso implementar 108 cursos de diversas modalidades (ensino médio integrado ao

técnico, técnico subsequente, superior graduação e EaD), que no total atende n° 14.296 alunos (IFB, 2018).

Essa expansão foi baseada em um modelo de desenvolvimento estratégico pautado em uma normativa do MEC que determina a nível nacional, como se dará o ensino superior no Brasil. O Plano de Desenvolvimento Institucional, norteia todas as ações das instituições de ensino durante 5 anos. Nele estão definidos a missão, a visão, os valores e as estratégias da instituição com a finalidade de atingir seus objetivos e metas. Para o citado ministério, o PDI funciona para implementar, monitorar e fiscalizar IES públicas ou privadas em todo país. (MEC, 2006).

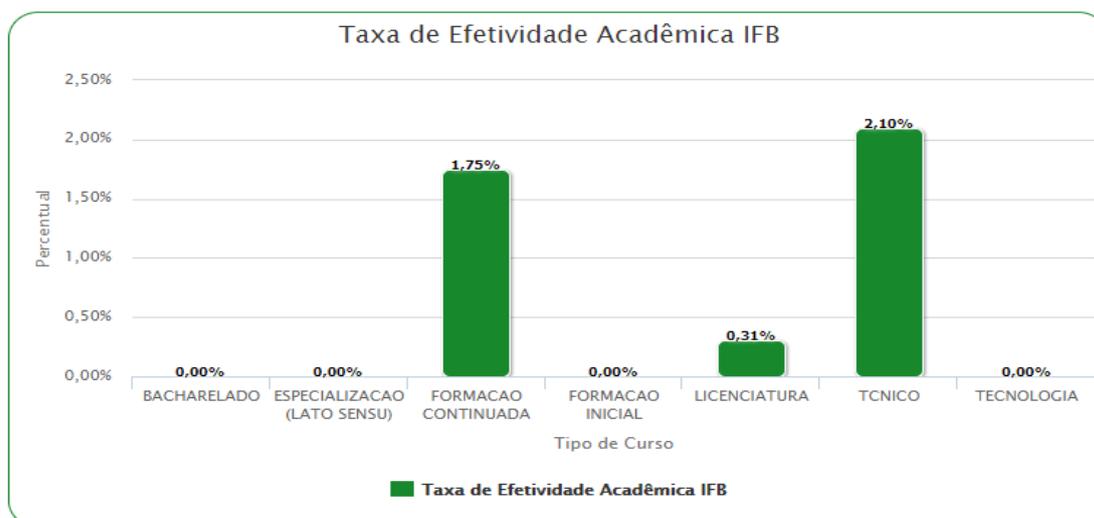
No PDI do IFB constam como objetivos da instituição: ministrar educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais em todos os níveis de escolaridade. Ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia. (IFB, 2014)

Outra atribuição do PDI é a transparência em relação aos indicadores de desempenho da IES. (MEC, 2006). Dessa maneira, é possível comparar dados entre instituições de diferentes anos e de regiões distintas.

Esse instrumento foi de fundamental importância para análise do IFB na realização desse trabalho. Com o PDI foi possível conseguir dados importantes da instituição observada, bem como a obrigatoriedade dessa implementação levou ao IFB construir um site (IFBEMNUMEROS) com todas informações de desempenho institucional em todos os setores que atua diretamente, de forma a prestar contas com o contribuinte, TCU e a própria Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A fim de embasar ao objetivo específico desse trabalho, foram analisados dados do IFB de 2018 relativos à: taxa de efetividade acadêmica, taxa de reprovação, taxa de saída com êxito, taxa de permanência e êxito, taxa de conclusão e taxa de evasão. Essas informações podem demonstrar para o leitor a conjuntura momentânea da instituição, um retrato situacional dos estudantes e egressos dos cursos oferecidos pelo IFB. Todas as informações contidas nessa explanação são oficiais, retirados do site de prestação de contas da própria instituição, atualizadas rotineiramente.

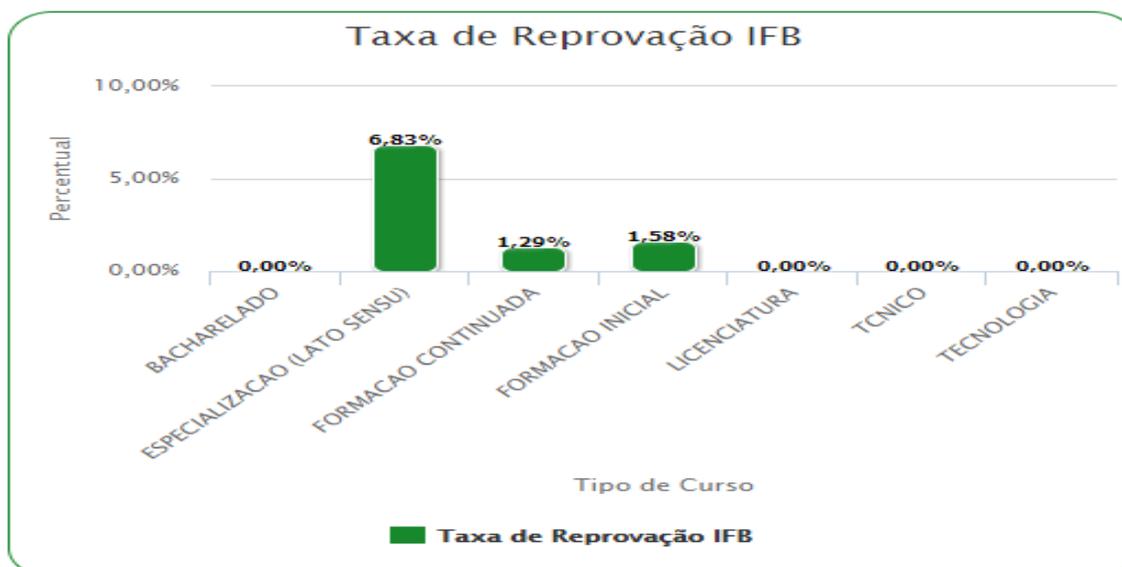
Gráfico 1 - Taxa de Efetividade Acadêmica IFB.



Fonte: IFB em números (2018).

Este indicador mede a capacidade da instituição em concluir os alunos no prazo previsto. Percebe-se que os cursos de maiores taxas de efetividade são os de Formação Continuada e de Técnico, em detrimento ao de Licenciatura. Nota-se, portanto, uma discrepância nesta taxa de efetividade, indicando prováveis mudanças na oferta de cursos ou nos conteúdos programáticos dos citados cursos. Os demais cursos, de Bacharelado, Especialização Lato Sensu, Formação Inicial e Tecnologia não formaram turmas, por isso suas efetividades não puderam ser medidas.

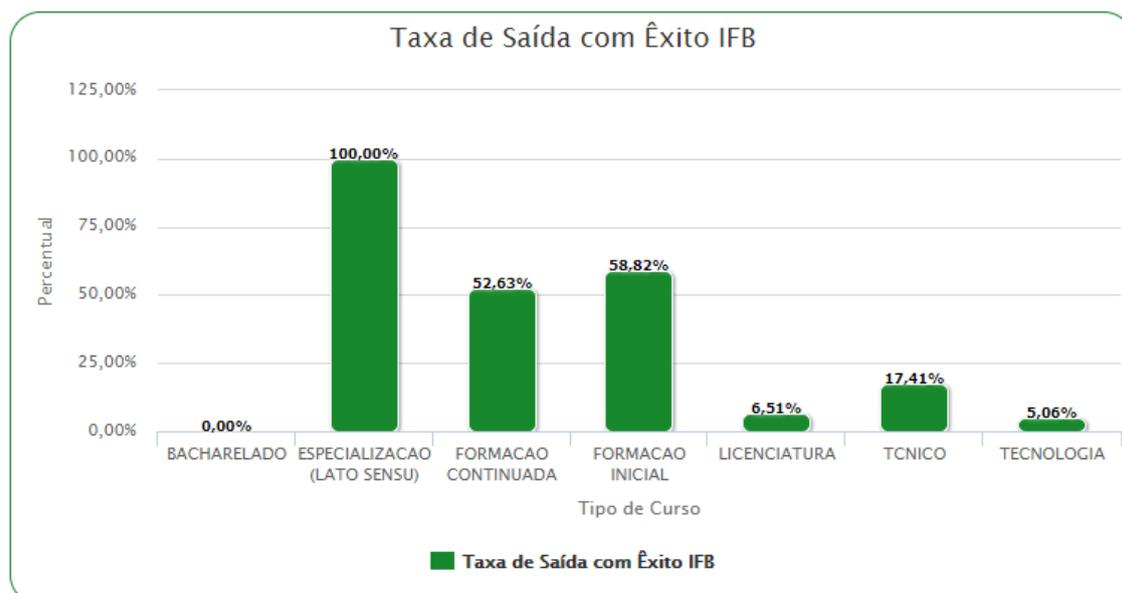
Gráfico 2 - Taxa de Reprovação IFB.



Fonte: IFB em números (2018).

Este indicador mede o percentual de reprovação da instituição. Percebe-se que as maiores taxas de reprovação ocorreram no Curso de Especialização (Lato Sensu) em detrimento aos cursos de Formação Continuada e de Formação Inicial. Nota-se, portanto, uma discrepância nesta taxa de reprovação, indicando, provavelmente, a necessidade de se compreender as causas que levam a essa taxa elevada, devendo saná-las. Os demais cursos, de Bacharelado, Licenciatura, técnico e Tecnologia não tiveram reprovações.

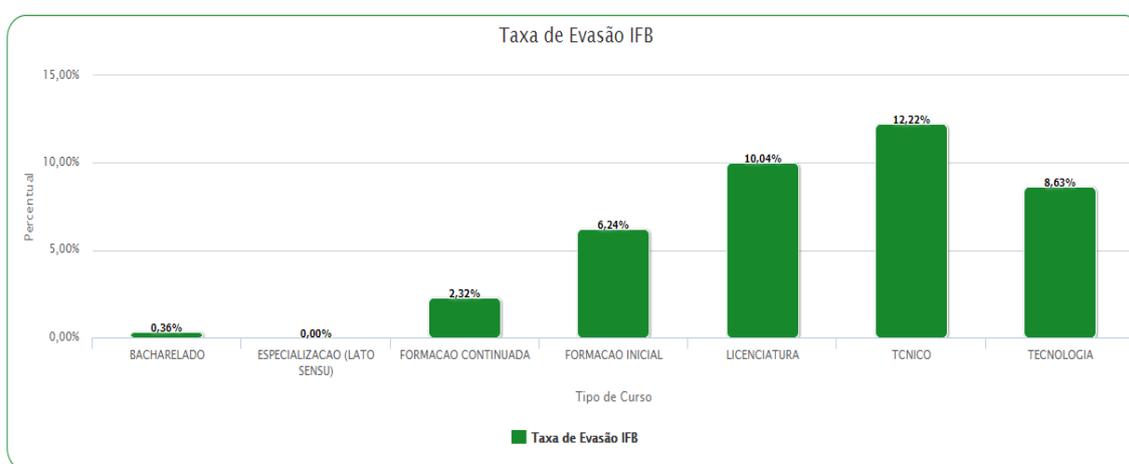
Gráfico 3- Taxa de Saída com êxito IFB.



Fonte: IFB em números (2018).

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam. Percebe-se discrepâncias entre os cursos de Especialização (Lato Sensu), Formação Continuada e Formação Inicial, que tiveram taxas elevadas, em detrimento aos cursos de Licenciatura, Técnico e Tecnologia, que tiveram taxas baixas. Percebe-se a necessidade de se descobrir as causas que levam aos conspícuos insucessos nesses últimos cursos. O curso de Bacharelado não apresentou taxa de Saída com Êxito.

Gráfico 4 - Taxa de Evasão IFB.



Fonte: IFB em números (2018).

Este indicador mede o percentual de evasão da instituição. Percebe-se que alguns possuem taxas de evasão elevadas nos cursos de Formação Inicial, Licenciatura, Técnico e Tecnologia, em detrimento aos cursos de Bacharelado, Especialização (Lato Sensu) e Formação Continuada, que possuem baixas taxas. Nota-se a necessidade de se diagnosticar as causas que levam a altas taxas de evasão nos citados cursos. O curso de especialização (Lato Sensu) não possui evasão.

Os dados apresentados demonstram que não há um padrão de desempenho entre os cursos ofertados pelo IFB. Percebe-se que o curso técnico representa 61% do total de alunos do Instituto e é este que apresenta maior taxa de efetividade acadêmica. Os cursos de bacharelado, especialização, formação inicial e tecnologia representam apenas 18,36% do total de alunos matriculados no IFB, sendo que as características destes cursos exigem um maior tempo de dedicação para concluí-los. É perceptível na verificação uma maior taxa de reprovação e saída com êxito, que neste caso, refere-se a saída do aluno após o período estipulado inicialmente para conclusão. Apesar disso,

percebe-se que a taxa de evasão destes cursos é menor que dos cursos de licenciatura, técnico e tecnologia.

Não foram apresentados dados que demonstrem os motivos para evasão escolar, contudo, o percentual desta taxa indica a necessidade de verificar a fundo tal questão. Oliveira (2017) destaca o nível socioeconômico da família, o comprometimento do aluno com a instituição, habilidades acadêmicas como as principais causas de evasão no contexto de escolas técnicas. Cabe então aprofundar-se nesta questão, onde seria possível comparar o perfil do aluno evadido com o perfil do egresso concluinte do curso.

Os dados encontrados do IFB relativos a alunos egressos e egressos concluintes foram apenas os destacados nessa pesquisa, de forma que não foi encontrado nenhuma métrica para avaliar a condição dos alunos pós saída da instituição. Dessa maneira não foi possível coletar dados a respeito da efetividade da política para formação de mão de obra técnica qualificada para o mercado de trabalho.

### **3.3 COMPREENSÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS IFS**

A fim de buscar o objetivo geral de pesquisa, este capítulo evidenciou como se encontram as pesquisas de egressos no ensino técnico do Brasil. Ao reduzir o estudo à realidade de um estado (DF), objeto deste trabalho, é consegua-se compreender em qual estágio de desenvolvimento se encontra estas informações. Para compreender o processo de avaliação da política pública, foi necessário se debruçar sobre os documentos que regulamentam os IFs, o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). Nele, foi observado a forma com que o Instituto desenvolve suas atividades e os metrifica.

O PDI é originário de uma exigência do Ministério da Educação para organizar escolas no Brasil. O Decreto n.º 5.773, de 2006, trata o PDI como requisito obrigatório para reconhecer e avaliar cursos superiores. Nele deve-se constar um quadro resumo demonstrando a relação dos principais indicadores de desempenho, para análise, *a posteriori*, da situação atual e futura após a vigência do ciclo do PDI (MEC, 2007). O Plano Nacional de Educação busca envolver a participação da sociedade como agente na contribuição da gestão escolar. Desta forma, a gestão desta política se torna inclusiva e democrática.

O PDI que foi analisado entrou em vigência em junho de 2014 e têm vigência até dezembro de 2018. Os pontos analisados nesta pesquisa foram os indicadores de desenvolvimento da instituição, uma abordagem de avaliação *ex-post* para verificar a condição de egressos do IFB.

O documento é norteador das ações da organização, sendo uma ferramenta de planejamento plurianual, nele consta seus critérios de avaliação e indicadores estratégicos de desempenho. Estes por fim, servem como ferramenta de aferição dos objetivos inicialmente planejados. O IFB os dividiu em eixos de Educação; Relação institucional; e Gestão.

Quanto ao eixo de educação, o objetivo estratégico: Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB é descrito como:

Estabelecer indicadores para análise dos processos e resultados da ação educativa por meio das seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, egressos, mundo do trabalho (IFB,2014, p.26)

O objetivo estratégico gerou indicador de qualidade na educação que avalia o percentual de egressos na área. A meta para o período de 2014 a 2018 é de 50% dos egressos possam estar trabalhando na área ao qual fizeram o curso técnico.

Outro ponto interessante para trazer à discussão são as metodologias de auto avaliação do IFB constantes no PDI. Há na organização uma comissão formada (comissão própria de avaliação - CPA) que busca conduzir a avaliação institucional interna e externa. Esse grupo é composto de representantes do corpo docente, corpo técnico-administrativo, corpo discente e representante da sociedade civil. Compete ao CPA elaborar e aplicar instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do IFB, elaboração de um relatório e divulgação e discussão dos resultados alcançados. Portanto a própria instituição prevê maneiras para realizar pesquisas e avaliações internas e externas.

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são avaliados com o intuito de diagnosticar melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. (SECCHI, 2010, p. 49).

Portanto a instituição tem todas as ferramentas necessárias para poder fazer uma avaliação do resultado do trabalho efetuado em suas dependências, e demonstrar se a organização é efetiva no que se propõe, que deveria ser formar mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho. O autor não obteve acesso a informações mais detalhadas quanto a execução ou monitoramento deste indicador por meio de dados secundários, fornecidos pelo IFB.

## Capítulo 4

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto percebeu-se que existe a necessidade de elaboração de pesquisas qualiquantitativas, instantâneas e padronizadas em nível nacional de estudantes egressos concluintes, para se conhecer a efetividade dos IFs no Brasil.

Este retrato, em todo o país, pode permitir se conhecer vários fatores que podem indicar a efetividade dos IFs nas diversas visadas, desde o cumprimento das missões estabelecidas quando da proposição de unificação dos citados institutos, passando pela alteração de grades curriculares, extinção e criação de cursos, necessidade de melhorias no tocante às estruturas físicas, até a realização de novos concursos públicos para o ingresso de profissionais especializados, entre outras.

O conhecimento da efetividade dos IFs é um dos principais componentes do ciclo de políticas públicas e é uma obrigação estatal, se for considerado o princípio da eficiência da administração públicas. Essas instituições deveriam ser responsabilizadas pela implementação e realização das pesquisas sobre egressos concluintes, a fim de atender de maneira satisfatória o objetivo primordial das escolas técnicas.

Notou-se a existência de algumas pesquisas de estudantes egressos concluintes dos IFs, porém, de maneira pontual, sem a adequada padronização e realizada por amostragem, não sendo, portanto, um censo.

Os resultados alcançados permitem inferir que a avaliação da educação superior técnica é um tema em discussão por diversos atores da sociedade brasileira, tendo em vista que a questão da qualidade é primordial para a formação de profissionais aptos para atuar no mercado de trabalho. Porém, quando se trata de avaliação da educação superior, deve-se considerar que as instituições são diferentes entre si; os cursos, mesmo que tenham nomes similares e outorguem os mesmos títulos, podem ter objetivos e públicos relativamente diferentes.

Uma avaliação para ser mais eficaz deveria propiciar à sociedade informações que permitam às instituições comparar seus desempenhos, identificar suas deficiências e possibilitar, desse modo, melhoria em qualidade, permitindo uma melhor utilização de recursos públicos.

Para a premente obtenção do conhecimento sobre a efetividade dos IFs, de forma instantânea, padronizada em todo o país, este trabalho propõe as seguintes medidas significativas e viáveis, assim descritas:

- Realização de encontros técnicos e científicos, com a participação de diversos atores envolvidos no tema, para a elaboração de formatos de pesquisas quali-quantitativas instantâneas, padronizadas e em todo o território nacional de estudantes egressos concluintes dos IFs;

- Encaminhamento dos formatos elaborados das citadas pesquisas para o Governo Federal a fim que sejam viabilizadas;

- Execução das referidas pesquisas;

- Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados as para a melhoria contínua das instituições avaliadas;

- Utilização dos resultados, como feedback, para se conhecer a efetividade dos IFs, visando o aperfeiçoamento de suas atividades relacionadas com a formação de novos profissionais nas mais diversas carreiras.

Este trabalho não esgota a necessidade do desenvolvimento de novos estudos que visem a melhoria da efetividade dos IFs por meio de sistemáticas pesquisas de estudantes egressos concluintes, almejando, através da educação, um país melhor para todos os brasileiros. Sugere-se para futuras pesquisas, no intuito de estudar o perfil socioeconômico dos egressos e dos alunos evadidos do IFB para avaliar se há correlação entre os aspectos sociais e a evasão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. “Usos e Abusos dos Estudos de Caso”. In: Cadernos de Pesquisa, v.36. n129, 0.637-651, set.\dez.2006.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 8 ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

AZEVEDO, J. M L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 75p.

BELLONI, I; MAGALHÃES, H; SOUSA, L. **Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001. 96 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. **Lei n° 378, de 13 de janeiro de 1937. Da nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. IFB – Instituto Federal de Brasília. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). 2009 – 2013**. Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/007\\_PDI%202009-2013%20IFB.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/007_PDI%202009-2013%20IFB.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. IFB – Instituto Federal de Brasília. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). 2014 – 2018**. Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3933/Plano\\_de\\_Developolvimento\\_Institucional\\_2014\\_2018\\_IFB.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3933/Plano_de_Developolvimento_Institucional_2014_2018_IFB.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. **Surgimento das Escolas Técnicas**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Câmara Federal. **Decreto-Lei n° 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Histórico IF Centenário**. 2009.

Disponível em: <<http://centenariorede.mec.gov.br/index.php/historico>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O PDI como ferramenta de gestão: orientações para elaboração. Resultado das Reflexões do Fórum de Pró-reitores de Desenvolvimento Institucional da RFEPT**. Grupo temático 01, julho 2013.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria operacional Fiscalização de orientação centralizada**. Rede Federal de Educação Profissional. Brasília, 2013.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: TCU, 2012.

Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas\\_governo/areas\\_atuacao/educacao/Relatorio%20de%20Auditoria%20-%20Educacao%20Profissional.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20de%20Auditoria%20-%20Educacao%20Profissional.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria operacional**. 3 Ed., TCU, Brasília, 2010.

BRASIL. D.O.U. **PORTARIA 1.264. 20 de outubro de 2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/avaliacao-institucional/portaria-1264/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em 20 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2008. Disponível em: <[http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form\\_PDI.htm](http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm)>. Acesso em 20 de mai. 2018

BRASIL. IFB – Instituto Federal. **IFB em números**. 2016. Disponível em: <<http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “**Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**”. (1997b) Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Cadernos MARE da Reforma do Estado, no 1, julho 1997. Texto apresentado à segunda conferência do Círculo de Montevideo, Barcelona, 1997.

CERVO, A. L. BERVIAN. P. A. **Metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CONIF. **Histórico do Conif**. 2017. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/historico-do-conif>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CORRÊA, I. M. **Planejamento Estratégico e Gestão Pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, p.488-504. Mai-Jun. 2007.

COTTA, T. **Metodologia de avaliação de programas sociais: análise de resultados e de impactos**. Revista do Serviço Público, Brasília, a. 49, n. 2. p.105-126, abr./jun. 1998.

CRUZ, K. de S. L.; DE ABREU SOUSA, A.; CARNEIRO, I. M. S. P. **A qualificação profissional dos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará–IFCE**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 6, p. 85-94, 2013. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-32.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

DIAS, M. R. Damasceno et al. **A política de monitoramento de egresso no Instituto Federal do Ceará: um estudo de caso no campus de Caucaia**. 2016. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/a-politica-de-monitoramento-de-egresso-no-instituto-federal-do-ceara-um-estudo-de-caso-no-campus-de-caucaia/>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

DIAS, R; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DE ALKMIM, G. V.; HEIJMANS, R. D. **EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS TECNÓLOGOS DO CURSO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE**

**SISTEMAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS MINEIROS.** 2016. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/csb/assets/2016/wei/11.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

DE OLIVEIRA, L. A. P.; DA SILVA S., CARDOSO, C. **O IBGE e as pesquisas populacionais.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, p. 291-302, 2013.

FARIA, C. A. P. **A política da avaliação de políticas públicas.** *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: no.59, Out. 2005

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jan./jun. 2000.

FERES, M. M.; PATRÃO, C. N. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007).** Brasília: MEC/SETEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192)>. Acesso em: 21 mai. 2018.

FONTES, M. **A validação e avaliação de impacto social.** 2005. Disponível em: <[www.socialtec.org.br](http://www.socialtec.org.br)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

GARDE, J. **Gestión Pública: consideraciones teóricas y operativas.** Madrid: FIIAPP, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HELAL, D. H.. **Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo.** *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar.2005. RAIS, *Relação Anual de Informações sociais.* Disponível em: <[www.acessoainformacao.gov.br/](http://www.acessoainformacao.gov.br/)>. Acesso em: 21 mai. 2018.

HAYASHI, R. **O ciclo de políticas públicas: uma síntese epistemológica.** 2017. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/55955/o-ciclo-de-politicas-publicas-uma-sintese-epistemologica>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

HILSDORF, Carlos. **O que é empregabilidade?** 2009. Disponível: <<https://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-que-e-empregabilidade/31256/>> Acesso em: 04 jul 2018.

HOFLING, E. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 mai. 2018.

HOWLETT, M.; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JANNUZZI, P.M. **Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais**. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Brasília, v. 36, n.1p.38-67, 2011.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2009.

LAUREANO, F. **Qualificação profissional e empregabilidade: Um estudo na grande Cuiabá**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio- Economico. 2001, p.82.

LIMA FILHO, D. L. SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação. 2002. **O ensino técnico-profissional e as transformações do estado-nação brasileiro no Século XX**. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0668.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

LIMA FILHO, D.L. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, P. D. B. **Excelência em Gestão Pública : a trajetória do gspública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MAGALHAES. S; SOUZA, R. **Pesquisa educacional sobre professores: reflexões sobre a teoria e o método**. Rev. Diálogo Educacional. Curitiba, v. 14, n. 41, p. 101-124, jan./abr. 2014

MAGALHÃES, M. de O. **Tecnologia e subjetividade: novas perspectivas sobre o trabalho, a educação e a regulação social**. Aletheia, v. 43, n. 6, 1997.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman. p. 720, 2011.

MARTINS, H; MARINI, C. **Um guia de governança para resultados na administração pública**. Publix Editora, 2010.

MINARELLI J. A. **Empregabilidade: Como entrar, permanecer e progredir no mercado de trabalho**. 27ª. Ed. Gente, 1995.

OFFE, C; LENHARDT, G. **Social Policy and the Theory of the State**. Massachussetts: MIT Press, 1990.

OLIVEIRA, E. V. de. **Avaliação de impacto da formação técnica para inserção dos alunos egressos do campus Brasília no mundo do trabalho**. 2016. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20861/1/2016\\_EliasVieiradeOliveira.pdf/](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20861/1/2016_EliasVieiradeOliveira.pdf/)>.

Acesso em: 21 abr. 2018.

OLIVEIRA, A. A. C. **Evasão de um curso técnico de enfermagem: Percepção de estudantes não concluintes**. 2016 Dissertação de Mestrado. PUC SP, Sorocaba, 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ENA, M.D.C. **Acompanhamento de egressos: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro**. Educação & Tecnologia. Belo Horizonte, v. 5, n.2, p.25 - 30, jan./jun. 2000.

PINHEIRO, V. **Modelos de Desenvolvimento e Políticas Sociais na América Latina em uma Perspectiva Histórica**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 12, jun./dez. 1995.

POLITIZE. **Conheça o ciclo das políticas públicas**. 2018. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

RADNER, R. **Hierarchy: the economics of managing**. *Journal of Economic Literature*, v. 30, n. 1, p. 382-415, Sep. 1992.

RUA, Maria das Graças & AGUIAR, Alessandra. **A política industrial no Brasil,1985-1992: políticos, burocratas e interesses organizados no processo de policy-making**. In SARAVIA & FERRAREZI, Políticas Públicas, Enap, 2006.

ROCHA, B.O.; FILGUEIRA, J.M.; COSTA, L.F.; GALVÃO, L.; VIANA, R. **Egressos do CEFET/RN: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação**. Revista Holos, Natal, RN, v. 3, p.47-56, dez. 2005.

RONCARATTI, L. S. **Caderno de Políticas Públicas**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2008.

RUS PEREZ, J. R. **Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?** Educação & Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out./dez. 2010.

SANO, H; MONTENEGRO FILHO, M. **As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas**. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 11, no 22, p. 35-61, 2013.

SCHULTZ, T. W.. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, N. M. da G. SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação. **Criação de cursos técnicos e a reestruturação curricular da escola industrial de Natal (1959-1968)**. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo2/submissao\\_14711835350221472992311467.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo2/submissao_14711835350221472992311467.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2018.

SILVA, M. da G. de S. **Escola para os filhos dos outros. Trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)**. Natal, 2012

SILVA, M. SILVA, R. SILVA J. **ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS**. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal - nº 61 – outubro/2016 p. 1434-1444.

SILVA, Arthur Rezende da; TERRA, Denise Cunha Tavares. **A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E OS DESAFIOS NA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**. Anais do 1º Seminário de Planejamento e Desenvolvimento, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em:

<[http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur\\_Rezende.pdf](http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf)>.

Acesso em: 21 abr. 2018.

SOARES, E. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, J. **Responsabilidade social corporativa e Terceiro Setor**. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2008.

SOUZA, L. H. G. R. **Políticas públicas em educação superior no Brasil: análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, na perspectiva do modelo do ciclo político**. Minas Gerais: UFV, 2013.

VALERIO, F. T. **O ENSINO DE 2º GRAU E A LEI 5.692/71: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA NO ESTADO DO PARANÁ**. 2007. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/511TelmaFaltzATUAL.pdf>>.

Acesso em: 21 mai. 2018.

VASCONCELOS, A. **O princípio da Eficiência na Gestão Pública**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-principio-da-eficiencia-na-gestao-publica/14519/>. Acesso em 21 mar. 2018.

VIANA, A. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. RAP, Rio de Janeiro, 30 (2): 543. mar./abr. 1996.

VIEGAS, W. **Fundamentos de metodologia científica**. Brasília, Ed. UnB, 1999.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.